

## AFRÂNIO COUTINHO: PRÓ E CONTRA

*Camillo Cavalcanti* (UESB)  
[camillo.cavalcanti@gmail.com](mailto:camillo.cavalcanti@gmail.com)

### RESUMO

Este trabalho apresenta o pensamento crítico de Afrânio Coutinho a respeito da história literária. Influenciado pelo *New Criticism* estadunidense, Coutinho desenvolveu um método para a sistematização da literatura com grande impacto em toda a sorte de estudos literários. Demonstro que sua periodização literária confunde nível linguístico e nível estético, encarando o estilo literário como “período estilístico”. Ademais, os “períodos estilísticos”, mesmo essencializados por critérios literários bem como flexibilizados por vários aspectos estéticos e ressalvas filológicas, terminam substituindo a nomenclatura dos antigos períodos estanques, calcados na cronologia, por “estilos de época” com eles identificados e conservando de maneira geral a metodologia da historiografia sócio-histórica tão combatida pelo eminente crítico. Portanto, Afrânio Coutinho deve ser encarado como pioneiro e importante figura de transição para a sistematização estética da literatura ainda por vir.

**Palavras-chave:** História da literatura. Literatura brasileira. Afrânio Coutinho

### 1. *Considerações iniciais*

Afrânio Coutinho tem vários méritos, dos quais o mais relevante foi mudar a tradição da história literária, presa a dados históricos, rumo à ênfase na dimensão estética e textual. De modo que sua intervenção deve ser encarada como transição de um inadequado método histórico-sociológico para uma concernente sistematização estética ainda por se fazer.

O antigo mestre da UFRJ pensou o sistema literário brasileiro ao organizar *A Literatura no Brasil* (1955; 1986), confirmando-o no *Conceito de Literatura Brasileira* (1960). Assinalou o problema de se misturar literatura brasileira e literatura portuguesa durante o período colonial. Posicionou-se em favor do Brasil, de maneira técnica e embasada, porque recorreu ao sentimento patriótico como noção insubstituível para produções nacionais. Seguiu, sobre essa contenda, a tese de Araripe Jr., que via o sentimento nacional desenvolvido em duas fases: o nativismo (nacionalismo primitivismo, sem pátria) e o nacionalismo (patriotismo com Estado soberano). Porém Afrânio Coutinho se equivocou ao propor a periodização literária: pensou uma maneira de não excluir o contexto histórico e social, mas o inseriu como egeide a determinar a feição dos estilos literários. Ademais, para Coutinho, os estilos ganharam, na verdade, a alcunha

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

de “período estilístico”, nomenclatura que mantém espelhamento com a fase histórica.

O problema da periodização literária, então, passa a ser de grau. Antes, o problema era a diluição da literatura como mero componente da história, a confusão entre escritos artísticos e outros registros. Com Afrânio Coutinho, o problema foi amenizado, mas permaneceu irresoluto: a diluição se tornou confusão entre o histórico e o literário.

O crítico baiano sempre lutou pela definição ontológica, e não funcional, da literatura (“arte da palavra”). Defendeu inclusive a maior extensão possível para a literatura brasileira, dentro de suas convicções de crítico: “a escassez de autores não é pretexto para eliminar”. No entanto, sua visão esquadrinha o sistema literário na mesma marcha da história. Colocando os estilos como resultados, se bem que parciais, do processo histórico, criou o impasse de se pensar uma autonomia literária obediente, o que parece contraditório. Por exemplo, transformando o estilo em período estilístico, Coutinho opta pela determinação conjuntural (positivação histórica) do estilo, que estaria em sintonia com sua época. Cada época teria seu estilo: por despontarem tais ou quais características motivadas por ideias e comportamentos, a literatura, bem como todas as expressões humanas, seriam resultados desse paradigma civilizacional em dado momento, ou seja, expressaria a ideologia, a subjetividade, a conjuntura por que os símbolos culturais norteariam a produção literária, refletindo os mesmos valores sociais.

Afrânio Coutinho, nesse ponto, deveria ter preferido a radicalidade. Não se pode encravar dependência ou subordinação ao histórico na essência da literatura. A literatura apenas dialoga com a conjuntura, mantendo vínculos tênues com o contexto social. Na verdade, a relação entre literatura e conjuntura é um dos fundamentos que definem o objeto literário: *mimesis*. Em suma, é justamente a presença de uma relação entre uma e outra que as conserva distintas. Então o processo de representação, que é a *mimesis*, implica sempre uma desrealização, isto é, o mundo resultante das informações textuais é diferente, em quase tudo ou em quase nada, pouco ou muito, com relação à conjuntura: sabe-se que nenhum personagem é encontrável, seja nas capitais ou no interior.

É possível encarar a produtividade artística como fruto histórico, somente se a definição de história é superlativa: numa estrutura unitária do tempo, num espaço unidimensional, agir-pensar é sempre determinado, condicionado, contextualizado. Até mesmo o ato de imaginar e criar

arte pode ser um ato encarado como histórico, desde que história não seja apenas a contação dos fatos positivos em sequência cronológica.

Sob o ponto de vista linguístico, Afrânio Coutinho diferenciava língua do Brasil e língua de Portugal, de modo a diferenciar, também desde o idioma, a literatura brasileira. Houve um grupo de linguistas, filólogos, estilicistas e gramáticos que conceberam, aqui no Brasil, a ideia de um “Idioma Nacional”, dentre eles Celso Cunha, Antenor Nascentes e João Ribeiro. Coutinho afirma que a “legitimidade de marcar o território brasileiro na cultura e no espírito não fere nem deprecia o português”. Destaca Gregório de Matos como marco inicial da literatura brasileira, do idioma brasileiro – a partir do poeta, a literatura brasileira se diferencia da portuguesa.

## **2. *Literatura colonial***

Afrânio Coutinho destaca, quanto às origens da literatura brasileira, a questão “o que é literatura brasileira” e a elegeu partida obrigatória de sua abordagem. Desde o início desautoriza a sociologia da literatura que entende a literatura essencialmente como “epifenômeno social”, ligando a origem da literatura à autonomia. Nessa lógica criticada por Coutinho, a verdadeira literatura brasileira teria existido após a Independência, mas ao mesmo tempo assinalando um “período colonial”, numa divisão entre colonial e autônomo. Daí que “literatura colonial” é, para o crítico da UFRJ, conceito absurdo até mesmo para os que vinculam literatura brasileira à Independência. Quanto a critérios de sistematização, “literatura colonial” é puramente político, estranho, pois, à literatura.

Assim a tese acerca da origem da literatura brasileira no século XVI tem como consequência imediata a necessidade de ser afastado o conceito de “literatura colonial” para definir a literatura produzida no período anterior à independência política de 1822. (COUTINHO, [s./d.], p. 16)

Sobre a definição de “brasileira” em literatura, Afrânio Coutinho adota a obnubilção brasílica – conceito utilizado por Araripe Jr. –, que significa o esquecimento do homem europeu a respeito de suas raízes, quando em contato com nossa realidade estuante. Nesse particular, Coutinho revelou um brilhantismo incomparável, conseguindo conciliar a noção de literatura com a noção de nacional (brasileira) para determinar o conjunto chamado “literatura brasileira”: traço diferenciador e, portanto, legitimador, da brasilidade era a revolução na mente dos que no Brasil se radicavam, graças às novas condições históricas e geográficas:

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

Esse homem novo, americano, brasileiro, gerado pelo vasto e profundo processo aqui desenvolvido de miscigenação e aculturação, não podia exprimir-se com a mesma linguagem do europeu, por isso transformou-a, adaptou-a, condicionou-a às novas necessidades expressionais, do mesmo modo que se adaptou às novas condições geográficas, culinárias, ecológicas, às novas relações humanas e animais [...] criando, em consequência, novos sentimentos, atitudes, afetos, ódios, medos, motivos de comportamento, de luta, alegria e tristeza. (COUTINHO, [s./d.], p. 15)

O Brasil, novo complexo cultural, tinha que proporcionar uma nova arte, uma nova literatura. Para tanto, Coutinho define os “brasileiros” como homens aportados e aculturados, sob nova situação histórico-geográfica que exigia adaptação. É uma concepção bastante ampla e aberta sobre o nacional: uma vez instalados, construíram “com sangue, suor e lágrimas” (*Idem, ibidem*) a *civilização brasileira*.

Segundo Afrânio Coutinho, então, a literatura brasileira não nasceu com a Independência: autonomia estética difere de autonomia política.

Responsável por grandes avanços teóricos e críticos, o pensamento de Afrânio Coutinho, todavia, apresenta uma falha acerca do início da literatura brasileira: estabelece-o em Gregório de Matos, seguindo critério da “língua brasileira” ou “idioma nacional”, ao mesmo tempo que evoca José de Anchieta como precursor, mediante critério desconhecido, mas provavelmente histórico ou político, pois Anchieta jamais possui o tal “idioma nacional”, se existir. Embora critique o critério histórico ou político para determinar noções como autonomia literária (que se confunde com a autonomia política), literatura colonial etc., Coutinho entende como literatura brasileira aquela que expressa a identidade nacional, pois inclui o Barroco e Arcadismo como manifestações brasileiras simplesmente por expressarem *brasilidade* (isto é, conforme Coutinho, “sangue, suor e lágrimas” para o Brasil). No entanto, definindo assim literatura brasileira, as obras sem temas nacionais não poderiam integrar o *corpus* literário, a exemplo do lirismo, da metalinguagem, da poesia-pensamento.

A definição de literatura brasileira, que encara a brasilidade como tema obrigatório, não corresponde, pois, a realidade. Trata-se, logo, de um problema epistemológico. Aliás, a epistemologia é o principal problema dos estudos literários: não se costuma identificar, verificar, avaliar ou revisar conceitos, categorias, temas, princípios. A falta de uma terminologia universal, por exemplo, testemunha a precariedade dos estudos literários que, por comodismo, desistiram de estabelecer um método e se

entregaram à hermenêutica irrefreada, selvagem e predatória. No fundo não é hermenêutica: é alguma interpretação que não sai do estágio primitivo do autoritarismo do signo linguístico, em sua normatividade monopolista pelo sentido único, literal, sem permitir a atuação do *signo artístico*, cujos vestígios se acomodam nas metáforas e demais figuras do discurso.

Logo, literatura brasileira é um repertório de obras literárias (textos estéticos) escritas por brasileiros ou radicados. Deslocar o critério de nacionalidade para as obras significa cobrar-lhes o tema nacional, o que não corresponde a uma acertada definição de “literatura brasileira”.

### **3. A periodização literária**

Afrânio Coutinho começa destacando o ceticismo quanto à relevância de se estabelecer uma periodização na literatura, salvo os que a toleram como recurso didático. Já contamos então com o apoio dos críticos que consideram o mérito pelo menos para o ensino: nosso trabalho visa à prática docente.

Acreditamos convencer os discordantes quanto à relevância de uma periodização, pois se o transcurso histórico não é critério único para sistematizar a literatura, de qualquer modo é necessário sistematizá-la, inclusive em diálogo com a história porque não podemos descartá-la. Mas a influência da história não é capaz de fazer o objeto literário se limitar a elemento do contexto: se a obra literária comunica sua época pelo estado idiomático (vocabulário e sintaxe), por outro lado subverte a época comunicada num espaço-tempo ficcional, vivido por entes de ficção e flexibilizado pelas ideias revolucionárias próprias da arte, sobretudo a arte verbal, aquela que mais comunica, por usar como matéria-prima um código comunicacional praticado como convenção dentro de uma comunidade.

Coutinho defende arduamente a história literária como ferramenta. Afirma inclusive que reunir ensaios críticos em sequência não é fazer história literária. Para o mestre da UFRJ, a história não é caótica, mas expressa uma dinâmica através de critérios específicos. Confirma os laços que obriga a literatura a marchar com a história e dela ser componente, registro ou peça. Tanto é que o crítico baiano sustenta que à realidade interna das suas respectivas épocas se ligam os períodos literários; e ainda mais: as forças imanentes do sistema os geram e dirigem.

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Mesmo revolucionário em relativizar o impacto da história na obra literária, de modo a desfazer perigoso e conhecido agenciamento, Afrânio Coutinho termina devolvendo a literatura ao engessamento histórico, após de lá quase tê-la arrancado. Ele repõe a literatura, embora revigorada, no mesmo lugar, secundário ou acessório, de elemento do cenário histórico-cultural. Acerta quando revela o equívoco de se libertar totalmente o estilo do percurso histórico. Mas não soube buscar a verdadeira relação entre ficção e história: o vínculo não se dá pelo conteúdo, isto é, não haverá necessariamente um domínio ideológico por cima da obra, nem muito menos a obra registra o painel sócio-histórico. Porque o subverte, transforma, revoluciona. A *mimesis* é sempre criadora, jamais meramente reprodutora.

Afrânio Coutinho denunciou também os critérios políticos e históricos para subdividir a literatura (colonial e nacional), mas manteve esses critérios travestidos em outra nomenclatura (dependente e autônomo), destacando, como as histórias criticadas, o Romantismo e o Modernismo como especiais manifestações dessa literatura brasileira que é mais brasileira do que literatura. Coutinho não ousou inverter, por exemplo, esse favoritismo pelos temas da nacionalidade, a favor do Parnasianismo, do Arcadismo e ou do Concretismo, três estilos sabidamente de altíssimo nível estético, raramente com temas nacionais.

O pensamento de Afrânio Coutinho transluz a precariedade metodológica em que se encontrava o debate sobre a literatura no Brasil. Ele apresenta dificuldades em colocar o critério histórico no lugar e na medida ideais, demonstrando interesse, não obstante, em reverter as vicissitudes de um inepto recorte historicista ou sociológico. Coutinho revela certa consciência do problema epistemológico que o cerca, inclusive dentro de seu trabalho: ao falar em Sílvio Romero, considera que este tenha sintetizado a historiografia como praticada até meados do século XX. Vê-se um perfil próprio, com características específicas, sobretudo a inexistência de uma concepção de evolução literária, evitando divisões com base em fatos sócio-históricos. Para Coutinho, infelizmente, a prática da história literária, como praticada à época também por seus pares, assinala a dependência à historiografia geral.

Coutinho conclui afirmando que toda essa problemática historiográfica se deve a critérios estranhos ao fenômeno literário. Entretanto, não escapa ao paradoxo, quando defende que o período estilístico é uma mancha estilística sem limites precisos, justamente porque, concebendo o estilo literário como “mancha”, ainda mantém, ao fim e ao cabo, um cri-

tério essencialmente histórico para dividir o sistema literário, de todo modo criando *períodos*, o que já em si expressa prevalência do histórico sobre o artístico e o linguístico.

Afrânio Coutinho, ao desenvolver a periodização estilística, apenas flexibilizou o agenciamento pela história do fenômeno literário.

O método de crítica global reconhece como precursora a periodização estilística de Afrânio Coutinho e avança na precisão sistêmica, pois atribui ao estado idiomático o fundamento dos períodos e distribui entre eles os estilos literários. Assim, os estilos literários (e não “estilos de época”) se desobrigam inteiramente da formação de períodos e podem conviver simultaneamente ou, em poucos casos, diferir da norma linguística vigente. É mister que o sistema literário tenha sua periodização baseada nas transformações idiomáticas, adaptadas e complementadas pelas reivindicações do sistema literário, ao mesmo tempo que identifique os matizes estilísticos da estética literária no bojo da língua.

Passados vinte anos da direção de *A Literatura no Brasil* – publicada, mas nunca iniciada em 1955 – Afrânio Coutinho é entrevistado, em 1972, por Manuel Barroso Fernandes. Ainda se depreende a forte influência de René Wellek. A confusão entre período literário e estilo literário, partilhada pelos dois críticos, se vê claramente:

Teremos de reconhecer que a periodização literária obedecerá a critério puramente literário, partindo da noção de que a literatura se desenvolve como literatura. “Um período é assim uma seção de tempo (dentro do desenvolvimento universal) dominado por um sistema de normas, padrões e convenções literárias, cuja introdução, alastramento, diversificação, integração e desaparecimento podem ser traçados” (Wellek). Cada obra de arte deve ser compreendida como uma aproximação a esse sistema; por outro lado, acentua Wellek, o sistema de normas, as “ideias reguladoras” do sistema devem ser derivadas da arte literária, a fim de que o desenvolvimento geral da literatura seja dividido em categorias literárias. “A história de um período consistirá em mostrar a ascensão e decadência do sistema de normas, as mudanças de um para outro sistema”. (COUTINHO, 1990, p. 235)

Prosseguindo na mesma frase, Afrânio Coutinho inusitadamente diverge de sua periodização estilística (que apenas substitui a nomenclatura dos períodos), mas termina por reduzir, num esquema ainda histórico, a lugares de transição e “zonas fronteiriças” a multiplicidade de estilos, ainda alinhados, como se vê, pela equivocada sinonímia período/estilo,

resultando daí que a sua unidade jamais poderá ser completa mas relativa: “durante o período, certo esquema de normas foi realizado mais completamen-

te”, podendo coincidir ou se sobrepor a outras formas acordes com outras normas. A nova periodologia, assim equacionada, encerra outra noção importante: em vez de sucessão de períodos, como blocos estanques, o que ressalta é a imbricação, porquanto os sistemas de normas, que se substituem em dois períodos, jamais comecem e acabam em momentos precisos, porém se continuam em certos aspectos, repetindo-se em outros; as novas normas substituem as antigas progressivamente, imbricando-se, interpenetrando-se, entrecruzando-se e se superpondo, criando “zonas fronteiriças”, de transição, as *fúmbrias dos períodos*. Assim, em vez de *unidades temporais* eles são antes *unidades tipológicas*. (COUTINHO, 1990, p. 235; grifo nosso)

#### 4. Considerações finais

Assim, após mais um laivo de superação, Coutinho retorna à primeira concepção norteadora de *A Literatura no Brasil* ao sustentar o período literário como unidade – reparem bem – unidade tipológica. Se período e estilo se confundem, só há espaço para um estilo, que justificará a “unidade tipológica”, isto é, o velho “período estilístico” de *A Literatura no Brasil* e *Conceito de Literatura Brasileira*, sustentado pelo conjunto – reparem bem – em flexão singular “conjunto de normas”. Bem se vê que Afrânio Coutinho não se libertou da confusão entre nível linguístico e nível estético. Em *Notas de Teoria Literária* (1976), ele confirma a ideia de um “estilo de época” preenchendo um período: “os períodos são um conjunto de normas e convenções que formam estratos ou camadas definidas pelo estilo predominante” (COUTINHO, 1987, p. 733). Em que pese a relativização da “unidade tipológica” pelo adjetivo “predominante”, novamente aparece a velha marcha histórica, que se fragiliza nos simultâneos estilos oitocentistas: “As formas estéticas no Brasil corporificam-se nos seguintes estilos: Barroquismo, Neoclassicismo, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo, Impressionismo, Modernismo”. (*Idem, ibidem*)

Como desfazer o imbróglio? É simples: basta separar (sem descartar) o nível linguístico e o nível estético. Donde resulta: o conjunto de normas, comum a todos os estilos literários que eventualmente apareçam simultâneos, diz respeito ao sistema linguístico (e traz marcas epocais), enquanto o conjunto de normas estilísticas que caracterizam cada estilo literário *lhe é exclusivo* e diz respeito ao nível estético (trazendo marcas artísticas). Se cada estilo literário possui um conjunto de normas estéticas, havendo pluralidade de estilos num período, haverá diversos conjuntos de normas estéticas, tendo por base um conjunto de normas linguísti-

cas em comum. Esta é a proposta do método de crítica global para tal questão periodológica.

Eis a única discordância que guardo frente à sistematização de Afrânio Coutinho: não existem “estilos de época” (o que imediatamente sinonimiza estilos e norma linguística ou estilos e períodos), e sim *estilos literários*, cujos aspectos dizem respeito exclusivamente ao nível estético, observada evidentemente a norma linguística tomada pela obra literária como inscrição histórica.

E nesta discordância eu tenho o aval do próprio Afrânio Coutinho:

A história literária é um *work in progress*, uma tarefa sempre em andamento, cabendo a cada geração refazê-la e completá-la. [...] A preocupação dominante foi a metodológica, a questão de princípio e de métodos aplicados à história da literatura. Nesse particular, o conceito diretor é o estético. (COUTINHO, 1986, p. 62)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s./d.].

\_\_\_\_\_. Prefácio da Segunda Edição. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: Eduff, 1986.

\_\_\_\_\_. *Crítica e teoria literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

\_\_\_\_\_. *Impertinências*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Eduff, 1990.